

SECRETARIA EXECUTIVA DE CRIANÇA E JUVENTUDE

MATRIZ PEDAGÓGICA DO CURSO CONTEXTUALIZAÇÃO DAS DROGAS E INTERFACES COM O SISTEMA SOCIOEDUCATIVO - 40 HORAS

MÓDULO 1 - CONTEXTUALIZAÇÃO DAS DROGAS E INTERFACES COM O SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

UNID	EMENTA	CARGA HORÁRIA	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDO / ENFOQUE	TÉCNICAS E RECURSOS DIDÁTICOS
1	1) Histórico do uso e abuso de drogas no Brasil;	10h	1) Compreender os principais conceitos que relacionados à influência dos fatores sociais, culturais, políticos e econômico no Brasil;	1) Aspectos conceituais e históricos das drogas Brasil e suas interfaces no sistema socioeducativo;	Exposição dialogada do tema proposto do dia; - Atividade em grupo; - Exibição de vídeos; - Estudos de casos.
	2) Marco regulatório: a Política Nacional sobre drogas, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8069/1990) a Lei do SINASE (Lei 12594/2012).		2) Compreender a importância da Política Nacional sobre drogas, Estatuto da criança e do Adolescente, SINASE e sua aplicabilidade no Sistema Socioeducativo;	2) Sistema para detecção do Uso abusivo de substâncias Psicoativas: Encaminhamento, intervenção breve, Reinserção social e Acompanhamento)	
	3) Adolescentes em conflito com a lei, uso de drogas e suas famílias.		3) Conhecer a realidade do sistema socioeducativo e metodologias de trabalho com os adolescentes e suas famílias.	3) Propostas de trabalho nas instituições de atendimento socioeducativo.	
	4) Saúde Mental e Medidas Socioeducativas: uso de drogas, transtornos mentais, vulnerabilidade emocional		4) Conhecer os tipos de transtornos mentais visando garantir o atendimento dos adolescentes em cumprimento de Medidas Socioeducativas:	4) Uso de drogas, transtornos mentais, vulnerabilidade emocional	

SECRETARIA EXECUTIVA DE CRIANÇA E JUVENTUDE

CONFIGURAÇÕES FAMILIARES NA CONTEMPORÂNEIDADE

UNID	EMENTA	CARGA HORÁRIA	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDO / ENFOQUE	TÉCNICAS E RECURSOS DIDÁTICOS
2	1) Novas configurações e conceitos sobre família;	10h	1) conhecer as novas configurações e concepções sobre família;	1) Tendências predominantes na incorporação da família no campo da Política Social: proposta familiarista x proposta protetiva;	Exposição dialogada do tema proposto do dia; - Atividade em grupo; - Exibição de vídeos; - Estudos de casos.
	2) Relações intergeracionais: família na contemporaneidade;		2) Identificar os fundamentos e conceitos sobre família e gerações;	2) Tipos de famílias e sua dinâmica no contexto das relações sociais: Nuclear burguesa, Monoparental, Multiparntal, parental ou anaparental, Eudemonista, Homoafetiva, Homopentalidade;	
	3) Trabalho socioeducativo com famílias;		3. Identificar o trabalho socioeducativo com famílias com uma dinâmica de totalidade, na compreensão e intervenção;	3) Direitos e deveres da família. Plano Nacional de convivência Familiar e comunitária, Política Nacional de Assistência Social, orientações técnicas sobre o PAIF.	

SECRETARIA EXECUTIVA DE CRIANÇA E JUVENTUDE

ORIENTAÇÕES TÉCNICAS NO ATENDIMENTO A ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS					
UNID	EMENTA	CARGA HORÁRIA	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDO / ENFOQUE	TÉCNICAS E RECURSOS DIDÁTICOS
3	1) Marco regulatório	20h	1) conhecer a legislação pertinente ao sistema socioeducativo: Estatuto da Criança e do Adolescente, Resolução 119/ CONANDA, Lei do SINASE.	1) Arcabouço teórico – jurídico para o acompanhamento com os adolescentes em conflito com a lei;	Exposição dialogada do tema proposto do dia; - Atividade em grupo; - Exibição de vídeos; - Estudos de casos.
	2) Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à comunidade;		2) Identificar os fundamentos e conceitos legais para execução das Medidas socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à comunidade;	2) Tipos de medidas socioeducativas em Meio Aberto: Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à comunidade e o fluxo de atendimento;	
	3) Procedimentos teóricos metodológicos na execução das medidas socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à comunidade;		3) Compreender a dinâmica do acompanhamento socioeducativo aos adolescentes em conflito com a lei;	3) Procedimentos teóricos metodológicos elencados no caderno de orientações técnicas- Medidas socioeducativas em Meio Aberto: acolhida, Plano Individual de Atendimento-PIA, planejamento de acompanhamento de atividades individuais e coletivas, relatórios de acompanhamento, registro de atendimento-monitoramento e avaliação, registro mensal de atendimento, SIPIA SINASE.	
	4) Parâmetros socioeducativos do SINASE		4) Entender os eixos elencados nos Parâmetros socioeducativos do SINASE, como matriz norteadora da prática socioeducativa;	4) Alinhamento conceitual teórico/ prático nos eixos comum a todas entidades e/ou programas que executam medidas socioeducativas: Educação, Diversidade étnico-racial, gênero e orientação sexual, Esporte, Cultura e Lazer, Saúde, Profissionalização/ Trabalho/Previdência;	

SECRETARIA EXECUTIVA DE CRIANÇA E JUVENTUDE

ORIENTAÇÕES TÉCNICAS NO ATENDIMENTO A ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS					
UNID	EMENTA	CARGA HORÁRIA	OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM	CONTEÚDO / ENFOQUE	TÉCNICAS E RECURSOS DIDÁTICOS
3	5) O papel do educador nas Medidas Socioeducativas em Meio Aberto		5) Compreender a dinâmica do trabalho socioeducativo com adolescentes em conflito com a Lei: Relação educador/educando, cuidados no acolhimento, Atitudes e posturas, Relação de ajuda, Caminhos do desenvolvimento, Protagonismo Juvenil, Pilares da educação;	5) Etapas do processo socioeducativo com o adolescente em conflito com a lei;	
	6) Mediação de Conflitos no contexto da Socioeducação		6) Contribuir para a melhoria do acompanhamento ao adolescente em conflito com a lei, oferecendo-lhe um atendimento efetivo, de forma pedagógica.	6) Responsabilização penal de adolescentes no Brasil: marco normativo; o Direito Pena Juvenil; a questão da Redução da Maioridade Penal;	

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **Caderno de Orientações Técnicas: Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto.** Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, Distrito Federal: 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional e Assistência Social . **Orientações Técnicas: Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS.** Brasília, 2011.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social.** Resolução nº 269, de 13 de dezembro de 2006. Brasília, 2006.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social.** Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004. Brasília, 2005.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.** Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. Brasília, 2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Dispõe sobre o reordenamento do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV.** Resolução nº 01, de 21 de fevereiro de 2013.

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **Expansão e qualificação do Serviço de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade.** Resolução nº 18, de 05 de junho de 2014. Brasília, 2014.



SECRETARIA EXECUTIVA DE CRIANÇA E JUVENTUDE

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo. Resolução n.º 119, de 11 de dezembro de 2006. Brasília, 2006.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Dispõe sobre as ações estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI no âmbito do Sistema Único da Assistência Social – SUAS e o critério de elegibilidade do cofinanciamento federal para os exercícios de 2013/2014 destinado a Estados, Municípios e Distrito Federal com maior incidência de trabalho infantil e, dá outras providências. Resolução n. 08, de 18 de abril de 2013. Brasília, 2017.